

Josef Pieper: a realidade como fundamento da educação moral

Roberto C. G. Castro¹

Resumo: Este artigo mostra que, segundo o filósofo alemão Josef Pieper, a ação correta se fundamenta na visão da realidade. Essa visão é formadora do conteúdo intrínseco da razão teórica, que se torna prática e determina o conteúdo do ato moral bom.

Palavras Chave: Josef Pieper. ética. realidade. educação moral. Ethics. Reality.

Abstract: This article shows that, according to the German philosopher Josef Pieper, the correct action is based on the vision of reality. This view forms the intrinsic content of theoretical reason, which becomes practical and determines the content of the good moral act.

Keywords: Josef Pieper. ethics. reality. moral education.

O belíssimo e profundo capítulo 28 do livro de *Jó*, no Velho Testamento, começa exaltando a capacidade do homem de encontrar e extrair do fundo da terra, onde estão escondidos, o ouro e a prata. Para isso, o homem põe fim à escuridão das minas, constrói estradas por onde escoar a produção, revolve os montes, abre canais, represa a água – ou seja, desenvolve uma avançada tecnologia, com a finalidade de obter aqueles preciosos metais. Essa capacidade, continua o texto, é exclusiva do homem: ela está vedada às aves de rapina, aos olhos do falcão e ao leão. Somente o ser humano possui tal inteligência.

Entretanto, após fazer essa exaltação, *Jó* pergunta: “Mas onde se achará a sabedoria?”². A sabedoria – entendida não como acúmulo de conhecimentos, não como o saber adquirido na universidade, em cursos de mestrado e doutorado, mas como a capacidade de conduzir bem a vida, de agir corretamente, de tomar as decisões certas no dia a dia –, a sabedoria “não se acha na terra dos viventes”³ e “está encoberta aos olhos de todo vivente”⁴. O homem consegue obter o ouro e a prata, mesmo enterrados nas profundezas da terra, mas é incapaz de tomar para si a sabedoria, que é muito mais preciosa do que o metal mais valioso e cuja aquisição é melhor do que a das pérolas⁵.

Se, como diz *Jó*, a sabedoria está tão distante do ser humano, se ela está mais oculta do que o ouro e a prata, como encontrá-la? Ainda segundo as palavras de *Jó*: “De onde, pois, vem a sabedoria? E onde está o lugar do entendimento?”⁶ Como obter essa capacidade de conduzir bem a própria vida, de saber como agir em cada situação específica da vida?

Podemos já adiantar que não se encontra essa sabedoria agindo por “ideais”, por “valores” ou por “modelos” preestabelecidos. Nossos ideais e valores, em vez de nos fazerem agir com correção, podem nos conduzir a uma fria insensibilidade em relação ao que acontece ao redor ou a um radicalismo destruidor. Nem mesmo a nossa

¹ Doutor em Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da USP e professor das Faculdades Integradas Alcantara Machado (Fiam), em São Paulo.

² *Jó* 28:12.

³ *Jó* 28:13.

⁴ *Jó* 28:21.

⁵ *Jó* 28:18.

⁶ *Jó* 28:20.

consciência – como se verá a seguir – é autônoma o suficiente para garantir a conduta sábia e boa.

Volta-se, então, à pergunta: como encontrar a sabedoria? E mais: como ensinar essa sabedoria às crianças e jovens? Ou, em outras palavras, como promover uma educação moral que não se baseie em imposição de normas, regras de conduta e mandamentos – como é predominante hoje nesse tipo de educação –, mas conduza à virtude do agir bem e livremente?

Ver a realidade

O filósofo alemão Josef Pieper (1904-1997) analisa essa decisiva questão no livro *Die Wirklichkeit und das Gute* (“A realidade e o bem”). Para ele, todo dever se fundamenta no ser. A realidade é o fundamento do ético. O bem é o que é conforme a realidade.⁷

Ou seja, segundo Pieper, para agir bem, é necessário ver a realidade tal como ela é. A ação correta está diretamente relacionada com a razão que conhece verdadeiramente a realidade.

É preciso ver claramente, limpidamente a realidade e então, com base nessa visão, agir.

Na felicíssima expressão do professor Jean Lauand, o agir bem se compara a um bom lance de xadrez: o jogador vê as peças dispostas do tabuleiro e, de acordo com essa disposição, faz a jogada certa. Da mesma maneira, o homem, para se conduzir bem, deve observar agudamente o “tabuleiro” da realidade presente e, com base nela, decidir corretamente.

Assim, na visão de Pieper, o bem depende essencialmente e está intrinsecamente informado pelo conhecimento⁸, o conhecimento da realidade. O filósofo continua, agora citando frases de Tomás de Aquino que confirmam essa ideia: O bem pressupõe o verdadeiro⁹. A virtude é o selo que a faculdade do conhecimento imprime na vontade¹⁰. A faculdade cognoscitiva é a raiz de toda virtude¹¹. O bem do homem está em ser conforme a razão, seu mal, em ser contrário à razão¹².

Portanto, a norma da conduta correta, aquilo que determina a ação boa, é a realidade. Essa norma está fora de nós. Não pode ser a nossa própria razão ou a consciência porque, como diz Pieper, o homem não está fundado em si mesmo e, por isso, não pode entender a si mesmo em toda sua profundidade¹³. Tampouco pode ser o nosso querer: “Antes e acima do querer está a relação cognoscitiva com a realidade”¹⁴.

Antes de prosseguir, é preciso fazer um esclarecimento. O papel dado à razão, que desvela a realidade e assim torna possível a ação correta, pode dar a entender que ela é o fator determinante da ação. Não. A razão é vista aqui como a faculdade do homem de perceber o real, de receber a verdade das coisas reais. Razão é a recepção da realidade. Além disso, como diz Pieper, o campo inteiro do obrar humano não pode

⁷ Josef Pieper, *Die Wirklichkeit und das Gute*, in *Werke*. Hamburg: Felix Meiner, Bb. 5, p. 49.

⁸ J. Pieper, obra citada, p. 52: “Das Gute ist wesentlich abhängig und innerlich durchformt von der Erkenntnis”

⁹ *Questões disputadas De veritate* 21,3.

¹⁰ *Questões disputadas De virtutibus in communi* 9

¹¹ *Questões disputadas De virtutibus in communi* 4 ad 3.

¹² *Suma teológica* I-II, 18, 5

¹³ J. Pieper, obra citada, p. 53.

¹⁴ J. Pieper, obra citada, p. 52.

ser esclarecido pela luz do conhecimento humano, já que essa possibilidade supera a potência do espírito criado¹⁵.

Conhecimento e realidade

A ação boa depende do conhecimento da realidade. Portanto, temos que conhecer a realidade, se quisermos agir bem. Mas, para isso, temos que saber exatamente o que é conhecer e como se conhece verdadeiramente. Ou correremos o risco de achar que conhecemos a realidade, quando na verdade estamos enganados.

Para Pieper, o conhecimento está “pré-formado” no mundo objetivo do ser. Ou seja, as coisas reais possuem um “quê”, um conteúdo intrínseco que faz com que elas sejam o que são. O intelecto humano deve captar esse “quê” e, ao fazer isso, ele se molda a esse “quê”, tornando-se semelhante cognitivamente à coisa conhecida.

Isso significa que, para Pieper, o intelecto é essencialmente algo formado de acordo com outra coisa. Ele tem uma relação essencial com algo anterior por natureza. Isso que é prévio ao conhecimento por natureza é a realidade. “O intelecto que conhece não é ‘por si’, é algo segundo e essencialmente dependente.”¹⁶

Há, assim, uma identidade entre o espírito que conhece e a realidade conhecida. Isso é confirmado por Tomás de Aquino, que Pieper cita: “O conhecimento, o intelecto e a realidade conhecida se tornam um”¹⁷, “O intelecto é totalmente, para dizer de maneira perfeita, a coisa conhecida”¹⁸, “A alma se transforma, por assim dizer, na coisa real”¹⁹ e “Mediante o ato de conhecimento surge uma identidade entre o espírito e a realidade”²⁰.

Como dito, o intelecto que conhece e o objeto conhecido se tornam uma coisa só. Essa identidade se dá porque ela está mediada pela semelhança imaterial e espiritual da realidade, que o intelecto imprime em si mesmo, destaca Pieper. Como diz ainda Tomás: “O intelecto é a realidade conhecida mediante a semelhança cognoscitiva do real”²¹. O que se quer dizer aqui é que o intelecto capta e configura para si o núcleo essencial do real, o “quê” do real, superior ao material. O espírito humano consegue liberar o núcleo essencial supramaterial de suas determinações materiais. E, nessa atividade – que Pieper diz ser a obra mais própria da virtude do espírito humano –, se faz possível o conhecimento intelectual, “único que revela a essência imaterial” da realidade.

A representação imaterial do objeto é idêntica ao objeto real, evidentemente não segundo o seu ser natural, mas segundo o seu ser inteligível. Ser natural e ser inteligível, lembra Pieper, são, por assim dizer, dois modos de ser da mesma coisa. Assim como ocorre com o homem, que é matéria e alma: matéria e alma são dois modos de ser da mesma coisa, o homem.

Acontece que essa representação imaterial do real – que, repita-se, é a mesma coisa que o objetivamente real – configura, dá a medida, forma, molda o intelecto que conhece. Ou seja, essa representação e o intelecto constituem uma coisa só, idênticas. Isso se dá porque o intelecto está em potência e só se atualiza, só obtém uma forma,

¹⁵ J. Pieper, obra citada, p. 53

¹⁶ J. Pieper, obra citada, p. 56: “Der erkennende Geist ist nicht »von sich«; er ist etwas Zweites und wesenhaft Abhängiges”.

¹⁷ Summa contra Gentiles 2, 59.

¹⁸ Quaestiones quodlibetales 7, 2.

¹⁹ De natura verbi intellecti

²⁰ 1 d. 35, 1, 1 ad 3.

²¹ I, 87, 1 ad 3.

quando conhece. Intelecto é uma potência que, antes que esteja em ato, é nada segundo a realidade, segundo Aristóteles²².

Como destaca Pieper:

Nosso intelecto é, como a *materia prima* na origem da criação, receptividade substancial do ser, mero poder-ser, pura possibilidade, ainda não determinada nem qualitativamente nem quantitativamente, mas à espera de determinação e configuração, até alcançar, mediante esse ser informado pelas espécies do real, o estado de autorrealização.²³

É por isso que podemos dizer que o intelecto que conhece e o objeto conhecido são a mesma realidade. O intelecto que conhece uma pedra é também uma pedra, evidentemente não segundo seu ser natural, mas segundo seu ser inteligível. O intelecto que conhece uma pedra é pedra de maneira inteligível. A pedra e o intelecto são idênticos em seu “quê”, embora distintos na maneira de ser desse “quê”, na existência.

Em resposta à nossa pergunta inicial – o que é conhecer? –, portanto, Pieper responde: conhecer quer dizer ter a forma de outras coisas, ser o outro, ser idêntico ao outro, ser todas as coisas. A essência do conhecer é o ter as formas da realidade objetiva²⁴. E essa relação entre o intelecto e o real constitui o conteúdo conceitual da verdade. “A verdade não é outra coisa que a relação de identidade, que se estabelece e se cumpre no conhecer, entre o espírito e o real, na qual o real é a medida do intelecto.”²⁵

A importância fundamental da relação entre o intelecto e o real faz com que a objetividade – e não a subjetividade – seja a atitude cognoscitiva adequada ao homem. Tendo em vista que o conteúdo, o “quê” do conhecimento está determinado pela coisa, pelo objeto, sempre que esse conteúdo estiver determinado pela vontade do sujeito, o conhecimento estará prejudicado.

Nem o querer, a consciência ou o coração: para agir bem, o homem precisa conhecer a realidade e se guiar por aquilo que ela informa e imprime no seu intelecto.

Realidade, conhecimento e ação humana

Como concretizar o que se acabou de dizer? Como transformar em atos, em ação correta e virtuosa, o conhecimento obtido com a visão da realidade? É disso que trata a segunda parte de *Die Wirklichkeit und das Gute*.

Inicialmente, Pieper realça a unidade da razão teórica e da razão prática. Segundo ele, o conceito de “razão” possui duplo sentido: “teórica” é a razão quando mira a realidade e “prática” é a mesma razão quando se aplica à ação, ao agir.

Não se trata de duas potências distintas da razão, muito menos de dois modos de agir opostos e independentes da mesma “potência fundamental”, como parece propor Kant. A mesma razão teórica, que está ligada à realidade objetiva das coisas, se expande e se transforma em razão prática, que se dirige à ação.

O bem agir está ligado ao real através de uma cadeia composta pelos seguintes membros: realidade objetiva, razão teórica, razão prática e agir moral. A razão teórica contempla a realidade, expande-se, transforma-se em razão prática e esta determina a

²² *De anima* III, 429 a.

²³ J. Pieper, obra citada, p. 60-61.

²⁴ J. Pieper, obra citada, p. 64: “Das Wesen des Erkennens ist das *Haben* der Formen der objektiven Wirklichkeit”.

²⁵ J. Pieper, obra citada, p. 64.

ação. “A razão prática não é outra coisa que a mesma razão teórica, considerada sob o aspecto de uma função especial.”²⁶

Citando Tomás de Aquino, Pieper enfatiza que o objeto próprio da razão teórica é o verdadeiro nas coisas, enquanto o objeto próprio da razão prática é o verdadeiro como medida da ação, o verdadeiro que se estende ao bem.

Assim, como afirma Pieper, a razão teórica é a “faculdade fundamental”. O objeto da razão teórica está incluído e pensado no objeto da razão prática. Em outras palavras, isso significa dizer que a razão prática, ao exercer sua função, ou seja, a determinar a ação boa, tem antes em vista a realidade objetiva fixada pela razão teórica. Não é possível realizar uma ação adequada sem essa relação entre a razão que se aplica à ação e a razão que contempla a realidade.

Sobre essa relação, Pieper sentencia:

O teórico penetra até o prático, como o genérico na diferença específica. Somente enquanto é teórica a razão é também prática; essencialmente anterior a toda práxis é o perceber “teórico” da realidade. *Intellectus speculativus fit practicus*, a razão teórica “se faz” prática. Todo o prático está enraizado em algo teórico e o pressupõe.²⁷

Segundo Pieper, o expandir-se da razão que percebe a realidade até o querer e o executar não começa nem se completa com um só ato. Antes, esse prolongar-se na vontade se incrementa progressivamente, nos numerosos atos parciais e graduais que configuram a ação moral como um todo, até a resolução ordenada à ação concreta. É na sucessão dos atos cognoscitivos parciais que se realiza a extensão da razão ao querer. No suceder desses atos parciais de conhecimento a razão se faz prática.

Esses mecanismos – o juízo da sindéresis e a função da prudência, por exemplo – escapam aos limites deste artigo e serão analisados em estudo posterior. Apresentamos, a seguir, o artigo 1 da *Suma Teológica* II-II, 47, no qual Tomás de Aquino faz a primeira apresentação da virtude cardeal da prudência, com tradução e notas de Jean Lauand:

A prudência é virtude²⁸ da faculdade²⁹ de conhecer e não do apetite³⁰

Segundo Isidoro³¹, prudente (*prudens*) significa aquele que vê longe (*porro uidens*), pois tem visão aguda e vê as possibilidades que podem ocorrer nas situações contingentes.

Ora, a visão pertence ao conhecimento e não ao apetite. É evidente, portanto, que a prudência pertence diretamente ao âmbito do

²⁶ J. Pieper, obra citada, p. 69.

²⁷ J. Pieper, obra citada, p. 69.

²⁸ Virtude, para Tomás, é o hábito bom: a facilidade adquirida por uma potência operativa (faculdade) para agir bem numa determinada direção. A prudência é a virtude intelectual da boa decisão.

²⁹ Ao longo desta tradução, empregaremos, por vezes, faculdade como sinônimo de potência.

³⁰ O homem dispõe de faculdades cognoscitivas e apetitivas, tanto sensíveis como espirituais. O conhecimento sensível, exerce-se pelos sentidos sobre objetos concretos (ver uma cor, sentir um cheiro etc.); já o âmbito da inteligência trabalha com o abstrato, com juízos e raciocínios. A dimensão apetitiva não apreende cognoscitivamente seu objeto, mas impele a possuí-lo pelo desejo sensível (tomar um copo de água, por exemplo) ou pela vontade, que é uma faculdade espiritual (e que quer, por exemplo, a justiça ou a dignidade).

³¹ Santo Isidoro (c.560-636), nascido em Sevilha na época visigoda, foi bispo nesta cidade de 600 a 636. É um dos grandes elos de transmissão da cultura clássica para a Idade Média. Sua obra *Etimologias* é uma espécie de enciclopédia, muitíssimo utilizada ao longo de toda a Idade Média e também por Tomás de Aquino, que freqüentemente discute aspectos etimológicos. A passagem citada, neste caso, é *Etym* X, ad litt. P.

conhecimento. Não, porém, ao âmbito do conhecimento sensível, que só diz respeito àquilo que se apresenta aos sentidos. Pois o que é próprio da prudência - conhecer o futuro a partir do presente ou do passado -, pertence propriamente à razão³², porque requer uma certa comparação e confrontamento de dados³³. Donde se conclui que a prudência reside na razão.

[Na resposta à primeira objeção, Tomás complementa] À objeção de que a prudência seria amor - como diz Agostinho, a prudência é amor que escolhe... - e portanto residiria na vontade, e não na inteligência, deve-se responder que como dissemos em outro lugar³⁴, a vontade move todas as faculdades para que realizem seus atos. Por outro lado, como também já dissemos³⁵ o ato primeiro da vontade é o amor e, assim, diz-se que a prudência é amor, não essencialmente, mas enquanto e o amor que move ao ato de prudência. Daí que, na mesma passagem (*De mor. Eccl. Cathol. XV*) Agostinho acrescenta que a prudência é o amor que discerne bem entre o que ajuda a tender para Deus e o que pode impedir esse caminho. E falar de "amor que discerne" é falar do amor que move a razão a discernir.

Recebido para publicação em 08-03-12; aceito em 10-04-12

³². "Razão", *ratio*, tem muitos significados - análogos - em S. Tomás. Entre outros, significa a faculdade racional, mas também a realidade enquanto estruturada inteligentemente e, portanto, cognoscível pela inteligência humana, que lê dentro da coisa sua *ratio* (Tomás vê a etimologia de *intelligere* como *intus legere*, ler dentro- p. ex. em II-II, 8, 1).

³³. No original: *collatio*. A *collatio* é uma operação que, superando o âmbito sensível, participa da razão, na medida em que avalia, faz analogias, compara casos concretos no que têm em comum. A *collatio*, no caso, para decidir como deve o homem agir nesta situação, pondera casos semelhantes do passado.

³⁴. I, 82, 4; I-II, 9, 1.

³⁵. I, 20, 1; I-II, 25, 2; I-II, 25, 3 e I-II, 27, 4.